

econômica adotada pelo Governo, com juros altos e conseqüente tendência à recessão.

Mesmo as medidas determinadas recentemente para evitar demissões em massa no setor automotivo constituem uma iniciativa isolada e de pouca valia para a melhora das condições do mercado de trabalho. O Governo, mais uma vez, assume o compromisso de favorecer as grandes empresas, sem que, com isso, produza garantias mais duradouras em benefício do trabalhador. Não se pode perder de vista ainda que os acordos emergenciais vêm sendo renovados com crescente dificuldade.

A rigor, não se tem evitado a constante ameaça de redução na quantidade de postos de trabalho na indústria, no comércio, na construção civil. O Estado pode até consentir com a redução dos encargos tributários, os empregados podem ser demitidos, mas o que jamais se admite é que os lucros das empresas sejam comprometidos.

Evidentemente, faltam seriedade e consciência social, pois na medida em que sucessivos favorecimentos e concessões são prestados às grandes empresas e bancos, sacrifícios são impostos às empresas de pequeno porte, aos trabalhadores, aos funcionários públicos e até aos inativos e pensionistas.

Em outros países, como a França e a Alemanha, mantêm-se linhas de financiamento destinadas a pequenas e microempresas, que desempenham, no conjunto, papel fundamental para a geração de empregos.

É preciso, sim, que o Governo execute uma política continuada de combate ao desemprego, apoiada, por exemplo, no que determina a Constituição no inciso IX do art. 170, segundo o qual a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e tendo por fim assegurar a todos existência digna, deve observar, entre outros princípios, o "tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País".

Sras. e Srs. Deputados, uma em cada cinco pessoas em idade de trabalhar está sem emprego na Grande São Paulo. Estima-se que o desemprego continue aumentando. Pouco importa se os índices são medidos pelo Dieese ou pelo IBGE, o fato é que o desemprego tem aumentado em todo o País. Nas regiões mais pobres do País, a situação também é bastante grave.

Com razão, o desemprego foi escolhido pela CNBB como tema para a Campanha da Fraternidade de 1999. Não se trata apenas de conceitos como altruísmo, amor ao próximo, solidariedade, mas, sim,

de um problema que deve interessar igualmente a todos e que diz respeito à própria sobrevivência e estabilidade social.

Lamentavelmente, os recursos que poderiam ser aplicados na solução do desemprego são consumidos no pagamento dos serviços da dívida externa ou em gastos ímprobos do setor público ou no luxo e riqueza de uma minoria irresponsável que sacrifica a maioria da população brasileira.

Impõe-se, portanto, uma compreensão mais efetiva sobre a importância social do emprego, cabendo enfatizar, em especial, o empenho do Governo para garantir a elevação do nível de emprego no País, com o estabelecimento de incentivos para a promoção de relações de trabalho mais estáveis e descomplicadas e a realização de maiores investimentos em programas de reorientação de carreira e qualificação profissional.

O desemprego constitui violência inaceitável contra a dignidade do ser humano e representa um sério fator de agravamento da já obscena distribuição de renda no Brasil, de modo que deve ser vigorosamente combatido e eliminado, numa tarefa que, devido à dimensão das circunstâncias que ora se apresentam, depende, sem dúvida, de ampla mobilização nacional.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Hospital Infantil Manoel de Almeida, localizado no Recife, é um exemplo do quanto é capaz de fazer a abnegação e o sentido de solidariedade humana em benefício da população e, sobretudo, das suas faixas mais carentes.

Trata-se de obra benemérita, construída em 1929, mantida, juntamente com a Casa de Saúde Maria Lucinda, pela Fundação Manoel da Silva Almeida, nome do comendador responsável pela doação que originou essas instituições hospitalares. A Fundação, entidade sem fins lucrativos criada em 1946, tem hoje no seu Diretor-Geral, Genildo Machado Lira, uma figura paradigmática nos círculos administrativos hospitalares pernambucanos.

Está, portanto, Sr. Presidente, completando setenta anos de ininterruptas atividades o Hospital Infantil do Parnamirim, como é também conhecido, pela sua localização no bairro recifense do mesmo nome, a cuja paisagem se integra como um símbolo de profícua existência e, nas palavras do seu diretor, resistência. Isto porque, Sr. Presidente, na celebração de marco tão significativo no campo da Medicina e da benemerência, o que hoje lamentavelmente se constata é a séria crise financeira enfrentada pela

Fundação, dificuldade esta que pode ser melhor avaliada pela leitura do Relatório de Atividades de 1998, no qual se espelha com nitidez a série de obstáculos consideráveis que a entidade vem a custo superando e que podem provocar danos irreversíveis em atividades de assistência médica a crianças carentes e à comunidade pernambucana de um modo geral, pois a Casa de Saúde também atende a adultos conveniados ao hospital público do Ipsep e a planos médicos não-oficiais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao ensejo das comemorações das sete décadas de funcionamento do Hospital Infantil Manoel da Silva Almeida, sua fundação mantenedora decidiu-se por lançar campanha de mobilização nacional e de sensibilização da sociedade pernambucana, com vistas a dois objetivos principais: o reajustamento dos atuais níveis componentes da tabela do Sistema Único de Saúde destinada a entidades filantrópicas ligadas ao setor e o incremento e ampliação do quadro de doadores voluntários.

Estas são, Sr. Presidente, as duas fontes de sustentação da entidade. Sucede que, por via das doações, apenas 5% da receita são cobertos, o que equivale a dizer que os 95% restantes derivam de verbas repassadas pelo SUS. Tais verbas, entretanto, situam-se muito aquém das necessidades da Fundação, o que põe em risco o pagamento dos 250 funcionários, a aquisição de medicamentos e insumos hospitalares e a conservação das instalações físicas.

Para se ter uma idéia dessas dificuldades, que levam a Fundação a operar em vermelho e contrair uma dívida hoje calculada em 300 mil reais, basta se atente para as palavras do seu diretor: "Recebemos 40 reais do SUS para tratar um paciente com desidratação, enquanto apenas uma ampola do medicamento utilizado no tratamento custa 36 reais".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se é inaceitável esse cenário de empecilhos e desafios, seria simplesmente inconcebível a interrupção ou a queda substancial de qualidade na obra exemplarmente benemérita que a Fundação, por intermédio da Casa de Saúde Maria Lucinda e do Hospital Infantil Manoel da Silva Almeida, realiza no Estado de Pernambuco, em meio às conhecidas carências do setor em nosso País e, em especial, na região nordestina.

Para que tal não aconteça, encaminhamos veementemente apelo ao Ministério da Saúde, na pessoa do seu ilustre titular, José Serra, no sentido de que seja revisto e reformulado o tratamento que vem sendo concedido, pelo SUS, àquela instituição.

E nos incorporamos, em voz e gesto, à campanha de sensibilização da sociedade pernambucana, beneficiária maior, à luz do princípio de consciência coletiva, dessa entidade cujo único lucro é a prestação de um serviço de saúde pública que tem, no sentimento de fraternidade, o seu mais valioso penhor.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Joaquim Francisco, o Sr. Jaques Wagner, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro) – Concedo a palavra ao sr. Fernando Gonçalves.

O SR. FERNANDO GONÇALVES (PTB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o reinício das atividades legislativas, após o recesso do mês de julho, ocorre sob circunstâncias bastante diversas daquelas que marcaram a inauguração da presente Legislatura, no início de fevereiro deste ano.

Estivemos em contato com os mais diferentes setores e segmentos de nossa sociedade, nos municípios, nas localidades, nas comunidades que aqui representamos e que constituem o objetivo maior de nosso trabalho nesta Casa. Visitamos pessoas, famílias; ouvimos trabalhadores, profissionais liberais, empresários de pequeno e médio porte; todos, agentes responsáveis pela produção, a geração de renda e de emprego.

Pois bem, Sr. Presidente, há um ponto em comum em todas as manifestações da população que define o sentimento e as aspirações individuais e coletivas: prevalece um estado de preocupação profunda e até de perplexidade e pânico, em todas as camadas sociais, diante da situação econômica e social por que passa a Nação.

Os trabalhadores, Sr. Presidente, não encontram trabalho ou temem perder o vínculo empregatício que ainda dispõem, cuja remuneração há muito deixou de atender às exigências mínimas de manutenção da sobrevivência pessoal e dos seus dependentes. A classe média, cada vez mais assustada com a queda constante em sua capacidade de consumo, modifica hábitos, contém gastos, experimenta dificuldades crescentes e não mais dissimula a inquietação, o desencanto, o próprio desespero, em face, por exemplo, da incapacidade de pagar um plano de saúde, que lhe garantiria tranquilidade em assistência fundamental nos casos de doença.